

O ENSINO PRIMÁRIO EM SERGIPE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Dilma Maria Andrade de Oliveira

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se no NPSE, Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação da UFS, e posteriormente como requisito para conclusão do doutorado em educação na Universidade Federal de São Carlos, tese defendida em junho de 2004. O trabalho discutiu a gênese da instrução primária pública no Estado de Sergipe, no período compreendido entre 1889 a 1930, também denominado de Primeira República ou República Velha. Esse período se insere na historiografia da educação brasileira como o início da tentativa de consolidação da educação pública, tendo como marco a pedagogia burguesa de inspiração liberal. A educação e o ensino são afirmados como valores fundamentais para o indivíduo e sua vida na sociedade e para o exercício de direitos fundamentais à vida do cidadão. A República nasce acompanhada da crença da necessidade de remodelação da ordem social, política e econômica, e da convicção de que a educação seria o mais forte instrumento para a consolidação do regime republicano e para a construção do país moderno, capaz de oferecer ao povo as condições de sua inserção no regime democrático representativo.

Utilizamos, primordialmente, as técnicas usuais do trabalho com fontes documentais primárias e secundárias com destaque para as leis, decretos, regulamentos, mensagens de governo e jornais dos anos de 1889 a 1930 do Estado de Sergipe. Cercamos ainda de estudos já realizados em outras áreas do conhecimento com o objetivo de estabelecer a compreensão dos processos educativos e sua relação com a sociedade no contexto das transformações sócio-econômicas, políticas e ideológicas, apreendendo os elos entre o particular e o geral, seja nos aspectos relacionados à história brasileira e sergipana, seja nas especificidades da história da educação no Brasil e em Sergipe.

Com base no estado da arte, concluímos que a investigação histórico-educacional em Sergipe, no período de 1889 a 1930, caracterizou-se por obras que contemplam esparsamente a questão da instrução pública. Ressalta-se, entretanto, a existência de uma produção intelectual substantiva em relação à historiografia regional no período, com destaque para os trabalhos de Felisbelo Freire, João Ribeiro, Carvalho Neto,

Sílvio Romero, Laudelino Freire, Jackson de Figueiredo, Gumercindo Bessa, Florentino Menezes, Clodomir Silva, dentre outros. Estes estudos inauguram a análise sobre o movimento republicano em Sergipe, explorando aspectos relacionados à formação sócio-histórica do Estado e possuem grande valor histórico, na medida em que representam a expressão intelectual daqueles que, de forma direta ou indireta, participaram da construção da República e propuseram alternativas teóricas, técnicas e administrativas, a partir de uma determinada visão de sociedade.

Em relação à questão educacional, ressaltamos as contribuições de Maria Thetis Nunes, Franco Freire, Nunes Mendonça, Acrísio Cruz, José Calazans, Helvécio Andrade, e de trabalhos relacionados ao entendimento das questões políticas a exemplo de Ariosvaldo Figueiredo, José Ibarê Costa Dantas e Terezinha Oliva.

No momento, estamos dando continuidade ao trabalho, pesquisando os ramos do ensino público secundário e normal do Estado, no mesmo período.

2 - O ENSINO PRIMÁRIO EM SERGIPE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O estudo dos processos históricos que determinaram a organização do ensino público primário no Estado de Sergipe indicou três principais características: de 1889 a 1910, um momento inicial de euforia e, logo em seguida, sucessivas divergências na condução da instrução pública; de 1911 a 1922 a criação dos primeiros grupos escolares e das escolas noturnas, e por fim de 1923 a 1930, os reflexos em torno do movimento reformista, onde novas propostas foram delineadas no sentido de responder aos problemas persistentes da instrução pública no Estado.

No final do Império importantes diagnósticos revelavam a precariedade em que se encontrava o ensino elementar no Brasil¹. Em Sergipe, a exemplo do que ocorria em todo país, os relatórios dos presidentes da Província indicavam a insuficiência das

¹ Em 1879 Rui Barbosa, enquanto membro da Comissão da Instrução Pública da Câmara elaborou dois célebres Pareceres onde expunha suas teses e propostas educacionais para o país. Estes Pareceres constituem o mais importante documento relativo à educação do Império. Traz à tona a gravidade dos problemas do ensino em seu conjunto e o estado de precariedade da instrução pública no Brasil. Suas idéias, de cunho liberal, estarão presentes no desenrolar das discussões sobre os problemas educacionais do país durante a República tais como: a necessidade da interferência da União na difusão do ensino elementar, de uma política nacional de educação e a necessidade de um Fundo para o financiamento da educação.

condições de funcionamento e atendimento. Com a República proclamada, esses problemas serão tomados como desafios para o Estado que se instalava, no qual as instituições deveriam responder ao ideário de um país republicano que pleiteava alcançar os rumos do progresso e da civilização.

Em Sergipe, em 1888 havia 180 escolas isoladas de instrução primária pública, distribuídas em 54 para o sexo masculino, 56 para o sexo feminino e 70 mistas, com matrícula de 3.427 alunos, de ambos os sexos, e com frequência de 2.285 alunos.² Dados de 1887 informam que em Sergipe, para uma população de 370.000 habitantes, a proporção de alunos em relação à população era de 1,02% (ALMEIDA, 2000, p. 290). As escolas isoladas funcionavam, em sua maioria, em prédios alugados, com professores pouco qualificados, sem condições pedagógicas para o ensino, fatos fartamente denunciados pelos Presidentes Província. As críticas às condições de funcionamento destas escolas eram recorrentes tanto do ponto de vista do ensino ministrado como da precariedade das condições físicas. Frequentavam essas escolas as camadas menos favorecidas da população.

Ao ser proclamada a República, a movimentação jurídica para o ajuste da nova ordem logo se fez sentir. Em 14 de março de 1890, através do Decreto n ° 30, o Presidente do Estado deu nova organização à instrução pública primária no Estado. Durante a Primeira República, vinte e sete atos tentarão alterar as condições de funcionamento da instrução pública primária, dos quais dezesseis constituíram reformas abrangentes. Os demais atos alteraram parte da organização e funcionamento desse nível de ensino, estabelecendo as normas complementares. Entre os anos de 1889 a 1910, quatorze atos tentarão organizar a instrução primária no Estado.

A primeira reforma da instrução pública de Sergipe antecedeu a Reforma Benjamin Constant. Expressa o conjunto de idéias que já vinham sendo discutidas durante as últimas décadas do Império, e responde aos desafios postos pelas elites no poder, no sentido de dar respostas às circunstâncias históricas da mudança do regime político e dos ideais educacionais republicanos. Expressa, ainda, a crença no poder da educação e da escola enquanto instrumentos de regeneração da sociedade e construção da nação.

² Fala dirigida à Assembléia Provincial de Sergipe pelo Exmo. Sr. Presidente Olympio M. dos Santos Vital, em 03 de abril de 1888, p. 19.

Este Regulamento é representativo dos princípios que vinham sendo discutidos não apenas no Estado, mas no restante do país, antecedendo, inclusive, a nível federal, a Reforma Benjamin Constant. Nele encontramos a co-educação, as condições necessárias para o funcionamento das escolas, tempo e horário dos exercícios escolares, forma de avaliação, matérias constitutivas do currículo, recursos auxiliares do ensino, formação dos professores e acesso à carreira, administração e fiscalização das escolas, a obrigatoriedade da matrícula, método do ensino etc. Enfim, o ideário que embasava a República em seus primórdios e o papel da educação, tendo como modelo, como foi reiteradamente invocado pelas elites, as diversas experiências empreendidas pelos países avançados e que já vinham sendo discutidas desde o final do Império.

O avanço das medidas anunciadas foi inquestionável. Contraditórias, porém, eram as condições adversas à sua implementação. As soluções teóricas educacionais irão contradizer os fundamentos da permanência de um padrão oligárquico de dominação política. Na instalação do governo republicano a composição política para os ajustes da nova ordem era conflitante entre os grupos locais. As tensões políticas giravam em torno dos propagandistas republicanos, militares e ex-monarquistas, adesistas do novo Regime e com forte poder econômico. A instalação do governo Republicano em Sergipe foi marcada por desavenças e permanente disputa pelo poder. Proclamada a República, após um conturbado governo de um triunvirato, foi indicado por Deodoro da Fonseca, por sugestão de líderes sergipanos ligados ao movimento republicano no Rio de Janeiro, o nome de Felisbello Freire, que permaneceu no cargo apenas nove meses. Após a sua substituição, o Regulamento começou a sofrer modificações.

As mudanças políticas irão suscitar novas alterações nas orientações para a organização do ensino primário. Quando Felisbello Freire foi destituído do governo, em agosto de 1890, até a eleição do primeiro presidente eleito em 18 de maio de 1892, segue-se em Sergipe um período de grande instabilidade política. Nesse período assumiram o governo, interinamente, seis Presidentes e uma Junta Governativa.

A disputa pela hegemonia política no âmbito estadual analisada por DANTAS (1989), mostra que na primeira década republicana os ajustes para a composição dos quadros do poder burocrático e político foram marcados por um processo tumultuado e de conflito exacerbado, com intervenções militares, algumas vezes, a exemplo

do que ocorria a nível nacional entre os senhores do açúcar e os cafeicultores. Em Sergipe os senhores do açúcar, principal atividade econômica, representavam o grupo econômico, social e político mais poderoso. Este segmento, após a Abolição da escravatura, passou a apoiar o movimento republicano, tornando esse apoio mais generalizado com a Proclamação da República. Por outro lado, os propagandistas republicanos não questionavam a ordem rural vigente. Como consequência, na montagem da nova estrutura institucional do recém criado Estado Republicano e na composição da nova estrutura política a competição será acirrada entre os republicanos, que advogavam para si maiores direitos enquanto mentores ideológicos da República, militares e adesistas do novo regime, num jogo de aproximações e rompimentos, com o intuito de conservarem as posições de mando que detinham na Monarquia. Conservadores, maiores detentores do controle do eleitorado, e republicanos tentavam manter a supremacia sem que, de ambas as partes, agissem dentro legalidade. Aos poucos, as diferenças vão sendo reduzidas num jogo de alianças e rompimentos que revelam os conflitos e as dificuldades para a renovação dos quadros políticos. Progressivamente, os ex monarquistas passaram a exercer um poder cada vez maior na política local com apoio do Governo Central.³

As mudanças políticas suscitaram mudanças na condução da instrução pública. Os primeiros anos de implantação do regime republicano dão conta da dificuldade de encaminhar as questões relacionadas à instrução pública. As propostas divergiam em sua natureza. Na prática, as questões teóricas e pedagógicas dos princípios defendidos pelos republicanos esbarravam na política do favorecimento, do jogo explícito pela posse do Poder, atestando que, no dizer de FAORO (1998, p. 515) “A transição monárquico-republicana, com o novo regime a se forjar dos escombros do antigo, não seguiu o curso eufórico que lhe predissera Rui Barbosa”.

Um conjunto de influências tentarão marcar a organização da instrução pública, traduzindo as divergências na construção do Estado republicano, mas ao mesmo tempo, atestando que a educação foi pensada e reafirmada insistentemente enquanto via para alcançar o progresso econômico, e elevar o país ao patamar das nações desenvolvidas.

³ A interferência do Governo Central no controle político do Estado já se fez sentir com a demissão de Felisbelo Freire. A demissão ocorreu em virtude de ter negado apoio político ao coronel Rosa Junior, militar com pretensões de ter seu nome incluído na chapa de candidatos ao Senado, com elevado prestígio junto ao governo Central.

Entre os anos de 1889 a 1911, quatorze atos tentarão organizar a instrução primária no Estado.

Até 1910, a instrução primária foi regida pelo Decreto 501 de 1901. Esse foi o período mais longo sem que a instrução primária fosse submetida a alterações em sua organização. Mesmo sem as permanentes mudanças, em 1910, em Mensagem dirigida à Assembléia o então Presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dória, lamentava a situação de atraso em que se encontra a instrução pública. Informava que as aulas primárias funcionavam em prédios impróprios, acanhados e quase sem mobílias, e as existentes encontravam-se em situação precária. Considerava que “os regulamentos decretados uns sobre os outros atropelam o serviço, e não deixam ver, pela observação, as falhas dos anteriores”. A distribuição das escolas não obedecia ao critério da população escolar. As cidades localizadas mais próximas da capital eram melhor atendidas que as mais distantes, mesmo que estas possuíssem uma população superior. Quanto ao método de ensino, informava que a criança aprendia pela repetição fastidiosa e cansativa e não pela compreensão das coisas. “Ao lado da polícia”, denunciava o Presidente, “a educação tem sido o campo mais fértil para politicagem. As escolas particulares têm sido as preferidas porque as públicas não ensinam”.⁴

Lamentava as condições do ensino em relação a outros Estados:

“É triste ver o processo de ensino ainda em uso neste Estado, representando um atraso semi-secular, comparado a Estados como o de São Paulo, na vanguarda da Instrução Pública Brasileira”.

Adiante,

“E é assim que a instrução primária se acha amontoadada de pessoal, sem escolha, em grande parte, faltando professores nos pontos mais afastados do Estado, porque foram apinhados na capital e cidades mais próximas, sem obedecer ao critério da lei nos acessos, e muito menos ao da população escolar, sem justiça, mas principalmente, por motivos de política. “A remodelação do ensino no Estado” já tive oportunidade de escrever, “necessita de tempo, perseverança e disposição de ânimo para resistir à politicagem”, e amor, dedicação e capacidade para o trabalho”.⁵

⁴ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1911, pelo Presidente do Estado José Rodrigues da Costa Doria, p. 5

⁵ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1911, pelo Presidente do Estado José Rodrigues da Costa Doria, p. 52.

Como podemos depreender, transcorridas duas décadas de instalação do regime republicano, as condições de funcionamento do ensino primário continuavam marcadas pelas insuficiências denunciadas pelos propagandistas republicanos do final do Império. Em duas décadas, os vários atos que, de certa forma, tentaram alterar as condições de funcionamento da instrução pública primária, não lograram êxito.

Os dados abaixo ainda atestam o atendimento precário da instrução pública primária em termos quantitativos: Em 1910, havia 179 cadeiras do ensino primário para uma matrícula de 6.968 alunos, com frequência de 4.812 alunos. Levando-se em conta que em 1910 a população era estimada em 400.000 habitantes, apenas 0,017 % da população era atendida pela rede primária pública, e apenas 0,012 % frequentava regularmente essa escola.

A partir da Reforma de 1911, no governo de José Rodrigues da Costa Doria, o Estado inaugura o modelo dos grupos escolares, enquanto nova proposta de organização do ensino primário. A implantação dos grupos escolares incorporava o projeto político civilizador da República e a possibilidade de corrigir as deficiências das escolas isoladas, consideradas ineficientes, com precário atendimento, e vulnerável ao poder político local dos municípios e povoações onde eram situadas.

Segundo CAMBI, (1999, pg. 487), na construção do Estado Moderno a sociedade é encarregada de um projeto educativo articulado e complexo para completar a formação do homem-cidadão junto às diversas classes sociais. O Estado é o responsável pela construção desse projeto administrando e articulando políticas que se cruzam traduzindo as visões dos grupos dominantes. É para a escola que se dirigem os cuidados dos governos, dos publicistas, e dos pedagogos, tornando-a um lugar central na elaboração dos comportamentos coletivos dominantes. A escola do século XIX vai em direção de maior uniformidade, de maior rigidez nas estruturas e nos comportamentos. Ela é laica, mais racional, e mais aberta às varias classes sociais, portanto, mais democrática. A escola amplia-se às classes sociais inferiores e o Estado se propõe a realizar uma escolarização extensiva a todos. Os projetos se delineiam e se cruzam num ritmo lento, tímido, incipiente, propondo alternativas teóricas e práticas no interior das instituições.

No final do século XIX a escola de massas já era um fato concreto nos países europeus e nos Estados Unidos provocando novas concepções de ensino e de

organização. A escola se amplia: o método individual foi substituído pelo ensino simultâneo, o método tradicional pelo método intuitivo, o atendimento unitário pelo ensino de várias classes. No Brasil, tão logo foi proclamada a República, os projetos que já vinham sendo discutidos no final do Império passaram a servir de modelo para a propaganda dos ideais republicanos, definindo um padrão de cultura e educação para toda a população nos aspectos pedagógicos sociais e políticos.

O Estado de São Paulo foi o pioneiro na implantação dos Grupos Escolares, modelo de organização escolar que, posteriormente, disseminou-se pelo território nacional com acentuada repercussão política e social. Este modelo de escola diferenciava-se da escola isolada por proporcionar em um só prédio, ensino graduado com classes homogêneas e vários professores. Consagrada, em sua origem, servirá como referência e modelo para os demais Estados brasileiros.

A criação dos grupos escolares surgiu no interior de um projeto político republicano com implicações na educação pública e na história da educação visto que

“Introduziu e ajudou a introduzir uma série de modificações e inovações no ensino primário, auxiliou na produção de uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano entre eles a consagração da República. Ainda generalizou no âmbito do ensino público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscrita a um grupo social restrito - as elites intelectuais, políticas e econômicas.” (SOUZA, 1998, p. 58)

A mesma autora, analisando a estreita associação entre o ideário republicano e os grupos escolares, ressalta que estes funcionavam como irradiadores do republicanismo:

“A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria” (SOUZA, 1998, p. 241).

O Estado de São Paulo exerceu grande influência na educação de Sergipe por ser, nesse período, considerado a vanguarda da educação nacional. Os relatórios de governo fazem alusões às iniciativas desse Estado, indicando o intercâmbio de informações que, de certa forma, influenciava nas propostas governamentais. Alguns professores sergipanos, nas décadas de 20 e 30 foram enviados a São Paulo, a exemplo de José Augusto

da Rocha Lima, Abdias Bezerra e Penélope Magalhães dos Santos com o fim de adquirir os conhecimentos das experiências que ali se desenvolviam, e em seu retorno, aplicá-las no Estado.

A implantação dessa Reforma pelo Governo do Estado merece atenção especial quando solicita ao Governo do Estado de São Paulo enviar o técnico paulista, Dr. Carlos da Silveira, diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista, para dirigir a Escola Normal e as escolas anexas que compreendiam: um grupo escolar, criado pelo Regulamento, e uma escola isolada que iriam servir para a prática das normalistas. Foi breve a permanência desse técnico no Estado, apenas quarenta e cinco dias. Motivos desconhecidos o fizeram retornar a São Paulo.

Quando o Governo propôs a criação dos primeiros grupos escolares, a organização das cidades, principalmente da capital do Estado, começava a se diferenciar, assumindo características próprias da vida urbana, reduzindo progressivamente os traços sociais de aspecto rural, tanto em relação à cultura quanto à incorporação de práticas essencialmente urbanas. Aracaju, capital do Estado, era o maior centro industrial, comercial bem como político e administrativo. A partir da Primeira Grande Guerra, aproximadamente, Aracaju foi-se impondo como centro de atração residencial, superando a má fama da cidade de clima inóspito. Nas duas primeiras décadas do século XX, foram introduzidos no Estado o que se considerava os traços da modernidade das grandes cidades. Em Aracaju, começaram a ocorrer construções de casas luxuosas, (“palacetes” como eram chamados), os calçamentos, obras de saneamento, inauguração do sistema de bondes a tração animal (1908), ampliação da rede de abastecimento de água (1909), chegada do cinema (1909), instalação da estação telefônica (1911), chegada da luz elétrica (1913), aparecimento dos primeiros automóveis (1913), criação do sistema de esgoto (1914), introdução de bonde elétricos (1926), - que iriam operar grandes transformações nos hábitos da vida da cidade em relação às cidades do interior. (DANTAS, 1999, p.48-49).

Todas essas transformações provocaram impacto na estrutura política e administrativa, exigindo do Estado maior número de funcionários públicos com conseqüente crescimento nos estratos médios da população. Sobre a educação também recairão novas demandas e exigências reconhecida, inclusive, essa necessidade pelo Presidente do Estado em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa ao afirmar que “a par

dos melhoramentos materiais, de que se ressentia esta Capital, o magno problema do ensino público, que não deve ficar estacionado diante da marcha evolutiva das cidades, constituiu sempre, desde o início do meu governo, a preocupação constante”.⁶

A par das melhorias que iam sendo incorporadas à vida urbana, com o fim de acompanhar o desenvolvimento e avançar no processo civilizatório, foram fundadas varias instituições de caráter literário, científico e social. Data desse período a criação do Gabinete Literário Tobias Barreto (1889), Clube Esperanto (1907), Centro Operário Sergipano,(1910), Sociedade Médica de Sergipe (1910), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), Centro de Propaganda do Voto Secreto (1912), Centro Literário Educativo (1914), Liga Sergipense Contra o Analfabetismo (1916), Centro Pedagógico Sergipano (1918), Centro Socialista Sergipano (1918), Centro Cívico Amintas Jorge (1918), Grêmio Tomaz Cruz (1918), Academia Literária Santo Tomaz de Aquino (1919), Sociedade de Medicina e Cirurgia de Aracaju (1919), Hora Literária Santo Antonio (1919), Instituto Parreiras Horta (1924), Sociedade Odontológica de Sergipe (1928), Academia Sergipana de Letras (1929), Clube Literário Tobias Barreto, Gabinete Literário de Aracaju, Sociedade Ensaos Literários e Horas Literárias Silvio Romero, Tobias Barreto, Fausto Cardoso e Gumercindo Bessa. No Interior surgiram o Clube Caxeiral (1900), e o Clube Comercial (1901), em Estância o Clube Literário Progressista (1905), em Boquim, o Clube Literário Silvio Romero (1918), O Grêmio Literário Simãodiense, em Frei Paulo (1905), O Gabinete de Leitura de Riachuelo (1927), e a Casa do Livro de Capela (1928).⁷

Percebe-se assim que a incorporação dos grupos escolares enquanto organização pedagógica e administrativa do ensino público que se diferenciava das escolas isoladas vem acompanhada do contexto político, social e econômico do movimento de modernização/urbanização das cidades e questionamento dos rumos do Estado republicano. A implantação dos grupos escolares procurou dar visibilidade ao projeto de educação da República no sentido de proporcionar as condições para a cidadania e para a modernização do país. Em princípio, os custos financeiros mais elevados com a implantação dos grupos

⁶ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado José Sequeira de Menezes, em 8 de julho de 1914, p. 7.

⁷ Dados retirados da Monografia “A República das Letras”(1889-1930) apresentada por Cristiane Vitória de Souza, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe, em 2001, p. 33

escolares não foram discutidos. Prevaleceram os fundamentos e o apelo à renovação educacional que o novo modelo incorporava.

A partir do Regulamento de 1912 foram criadas as escolas noturnas. Segundo o Regulamento, As escolas noturnas funcionariam nos próprios prédios das escolas diurnas, e os professores seriam os responsáveis pelo asseio e conservação do prédio e mobiliário. O curso seria de três anos, não havendo exames e sim promoções, a juízo dos professores que comunicariam à diretoria da Instrução Pública o resultado alcançado ao final de cada ano letivo. Apesar de serem criados, por lei, em 1912, só em 1916 é que efetivamente começaram a funcionar.

A criação dos grupos escolares passou a dar nova visibilidade à instrução pública no Estado. A esse respeito se refere o Presidente do Estado:

“Os edifícios que lhe servem de cenário são reais palácios que decoram a nossa capital com a sua arquitetura elegante de linhas bem conformadas.

O Grupo “General Siqueira” majestoso e extenso, é talhado a preencher os incalculáveis serviços que já se lhe vem, desde já sentindo.

Regurgitando diariamente de alunos, os professores, que nele prelecionam, o fazem ciente e consciente de cumprirem devidamente o seu ofício, tal o cunho de serena gravidade que lhes dá a organização do ensino como está sendo feita.

De sua parte os alunos, atraídos pelos incentivos que o rodeiam, desembaraçados de antiquados e exaustivos processos de assimilação, não tardam a encontrar na instrução o doce e incomparável trabalho do espírito, na faina pela verdade e o belo.⁸”

A criação dos grupos escolares passou a representar o ideal da escola republicana. Com estrutura administrativa diferenciada, as práticas escolares poderiam ser efetivamente fiscalizadas e a escola, finalmente, servir a construção da Nação e à moralização do povo. É importante ainda perceber que era explícito, que as duas formas de atendimento estavam a merecer tratamentos diferenciados e por conseqüência, resultados diferenciados. Os anos de escolarização das escolas isoladas passaram a ser três, enquanto a dos grupos escolares, quatro. O sistema de avaliação das escolas isoladas era mais rigoroso, denotando uma certa suspeição quanto ao rigor dos resultados. A idoneidade que caracterizava as indicações dos Diretores dos grupos escolares estava fora de qualquer

⁸ Mensagem dirigida à Assembléia em 7 de setembro de 1914, pelo Presidente do Estado Pedro Freire de Carvalho. p. 15.

suspeita, bem como a nomeação dos professores que ali lecionavam, ao menos teoricamente.

Cinco Reformas (1911, 1912, 1915, 1916 e 1921) foram dirigidas à instrução pública primária nos primeiros anos de implantação dos grupos escolares tentando incorporar uma nova modalidade de atendimento às populações menos favorecidas.

As insuficiências das escolas isoladas foram observadas por Diretores da Instrução Pública e Presidentes do Estado desde o final do Império. O grupo escolar viria, senão solucionar todos os problemas que persistiam nas escolas isoladas, trazer a solução para a maior parte deles. Nas escolas isoladas a fiscalização era precária devido à distancia das escolas, os dados estatísticos eram falseados, interferência política era uma constante, havia falta de rigor nos exames, o método de ensino não era observado, casas impróprias, inconveniência do mesmo espaço dividido com os afazeres domésticos, instalações inadequadas, enfim uma série de problemas que com a manutenção dessa modalidade de atendimento seria de difícil solução. Os grupos escolares incorporavam o ideário republicano de educação e representavam o símbolo de modernização da sociedade brasileira.

No entanto, podemos observar que quando foi iniciada a implantação dos primeiros grupos escolares estes não constituíam um projeto de substituição das escolas isoladas, tanto que estas escolas permaneceram durante todo o período com relativa expansão, relativa porque o crescimento da matrícula em geral sempre foi baixo em relação às necessidades reais da população escolarizável. Cedo a expansão dos grupos escolares, na forma proposta inicialmente, foi questionada por ser considerada onerosa, conforme foi observado em algumas mensagens de governo.

Outro aspecto a ser observado é que a instalação dos primeiros grupos se deu num momento de expansão econômica favorecida pela economia proporcionada pela ampliação das exportações durante a Primeira Guerra Mundial e conseqüente processo de urbanização da capital do Estado. Os edifícios escolares representavam o modelo de escola urbana moderna de melhor qualidade em prédios especialmente construídos para propagar o ideário republicano bem como divulgar a ação do governo. Os prédios eram construídos em locais privilegiados e com projeto arquitetônico que se integrava às construções

modernas que iam aparecendo nos centros urbanos. Era a demonstração inequívoca de propaganda do governo e do grau de importância que dava à causa do ensino.

As reformas educacionais cumpriam o papel de ajustar as diferentes visões dos que estavam no poder, mas também indicavam a necessidade de tornar o governo o agente intencional de mudanças. Quanto às modificações introduzidas em cada reforma, procuravam ajustar aspectos que vinham sendo discutidos bem como incorporar experiências de outros Estados considerados mais avançados, a exemplo de Minas Gerais e São Paulo, com os quais o Estado de Sergipe tentou manter, em algumas ocasiões, intercâmbio.

Se a República instituiu o grupo escolar como padrão de atendimento para que as classes populares se integrassem à sociedade democrática, foram as escolas isoladas, com insuficiente atendimento, que majoritariamente continuavam fornecendo a precária educação às classes mais pobres, que começavam a se incorporar no meio urbano. Em 1923, eram as escolas isoladas que continuavam a atender o maior número de alunos, abrangendo 80, 61% da matrícula total.

A partir de 1923 novos princípios serão incorporadas na organização do ensino primário configurando-se como um apelo à renovação da escola. Esse apelo, e o cenário de experimentação e de construção da escola moderna enquanto manifestações dos processos de transformações sociais, políticas, culturais e econômicas, atingiram todo o Ocidente e a América nos séculos XIX e XX. Nesse sentido a escola

“Abre-se às massas. Nutre-se de ideologias. Afirma-se cada vez mais como central na sociedade (para ofuscar essa centralidade só por volta do fim do século, na época dos *mass media*). Essa renovação foi maior no âmbito da tradição ativista, quando a escola se impôs como instituição-chave da sociedade democrática e se nutriu de um forte ideal libertário, dando vida tanto a experimentações escolares e didáticas baseadas no primado do “fazer” quanto a teorizações pedagógicas destinadas a fundar/interpretar essas práticas inovativas partindo de filosofias ou de abordagens científicas novas em relação ao passado” (CAMBI, 1999, p. 513).

Os princípios formativos da escola tradicional foram questionados a partir do final do século XIX. Na base desse questionamento estavam dois movimentos: as descobertas da psicologia, e o movimento de emancipação das massas populares, rejeitando o papel educativo elitista da escola tradicional.

As afirmações das experiências educativas inovadoras embora tenham nascido através de experiências isoladas, obtiveram ampla ressonância no mundo educativo. As Escolas Novas ou “educação ativa” destinavam-se a transformar a escola em seu aspecto organizacional mas especialmente nos aspectos formativos do homem. Foi um movimento geral de renovação que tanto na Europa Ocidental como na América tendeu a modificar a estrutura e os processos do ensino e da educação. Com fisionomias diversificadas o movimento das Escolas Novas apreendeu os conhecimentos científicos que iam sendo formulados pela psicologia infantil, pelas contribuições da biologia, psicopatologia, psicanálise e psiquiatria vinculando esses conhecimentos com a relação educação/sociedade e, por conseguinte, com a política.⁹

Nesse sentido, as raízes do movimento educativo reformista encontram-se numa “dupla ordem de fundamentos: primeiro maior e melhor conhecimento do homem, mediante a análise das condições de seu crescimento, desenvolvimento ou expansão individual; depois maior consciência das possibilidades de integração das novas gerações em seus respectivos grupos culturais” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 23)

Junto ao diálogo com os princípios ativos da Escola Nova um fato novo, o socialismo, fez a crítica à burguesia progressista tendendo a propor a formação de um homem omnilateral. Resultou daí, “um fecundo diálogo ideal, direto ou à distância, entre pensadores e pedagogos liberal-democráticos ou burgueses (lato sensu) e pensadores e pedagogos socialistas (embora as etiquetas repugnem): diálogo em que há momentos de encontro e momentos de choque” (MANACORDA, 1989, p. 313).

A penetração da Escola Nova no Brasil deu-se em meio às aspirações de modernização, democratização, industrialização e urbanização da sociedade, em que a educação era vista como principal responsável pela inserção do indivíduo-cidadão na ordem social emergente. Duas ordens de preocupações estiveram presentes nas discussões em torno da introdução do escolanovismo no Brasil: o respeito às particularidades do ser individual e a inserção do indivíduo numa sociedade moderna e democrática.

⁹ No final dos anos 50 nos Estados Unidos e na Europa o ativismo escolar foi submetido a ampla revisão. A formação das novas gerações foi considerada insatisfatória sendo contestado o valor científico, social e político dos projetos educativos inspirados nos princípios ativos ligados à Escola Nova.

Em Sergipe, na última década da Primeira República, a despeito dos sucessivos atos dirigidos à instrução pública, continuavam precárias as condições de funcionamento e de atendimento do ensino primário. As reformas educacionais, promulgadas umas sobre as outras, não contribuía para uma política duradoura de melhoria e ampliação do atendimento, favoreciam a descontinuidade e a instabilidade do setor educacional, em que pese essa questão quase não ter sido colocada enquanto obstáculo a uma política consistente de ampliação e melhoria do ensino; ao contrário, as carências das escolas públicas sempre serviriam de justificativas para as novas iniciativas, propostas e ajustes.

Em 24 de outubro de 1922 assume o Governo do Estado Maurício Graccho Cardoso, considerado, por alguns analistas, um dos mais destacados Presidentes do Estado durante a Primeira República. Favorecido por um período próspero de aumento das exportações, imprimiram melhorias significativas no Estado. Do ponto de vista político seu governo foi abalado pelo movimento tenentista ocorrido em Aracaju em 13 de julho de 1924 e 19 de janeiro de 1926.

Em 30 outubro de 1923, através da Lei nº 852, foram estabelecidas as bases para a última reforma da instrução pública primária e normal do Estado no período de 1889 a 1930. Tinha o objetivo de fornecer os princípios que norteariam a organização do ensino. Quinze itens do artigo 1º foram dedicados ao ensino primário, indicando a estrutura pedagógica e administrativa em que seria moldado o novo Regulamento do Ensino, que entrou em vigor a partir de março de 1924. A análise do conjunto de princípios que iriam embasar a Reforma de ensino de 1924 fornece algumas indicações no que diz respeito à penetração do ideário da Escola Nova no Estado, na última década da Primeira República no Estado.

No conjunto de procedimentos que vinham sendo incorporados nos Regulamentos dirigidos à Instrução Primária no Estado, identificamos como característica principal a necessidade de tentar resolver as carências que se perpetuavam na instrução pública. Naturalmente, também foram incorporados elementos nos conteúdos de ensino e na orientação da forma de ministrá-lo. As críticas à escola tradicional são recorrentes, a ponto de reiteradamente ser atribuído ao método e à carência de material para desenvolvê-lo um dos aspectos mais importantes da deficiência do ensino. Elementos pontuais sobre os

novos métodos estão presentes desde 1911, principalmente nos procedimentos relacionados ao método de ensino, porém a ênfase do ensino continua a ser a dimensão moral, cívica e patriótica. A introdução do “método intuitivo” realçando o emprego da observação e da indução era um recurso para a aquisição de conhecimentos e padrões de comportamento.

As discussões em torno dos problemas da instrução pública vão aparecer mais claramente na reunião preparatória do Congresso dos Professores Primários, realizada em 15 de agosto de 1925. Congresso não foi realizado por motivos que não ficaram claros nos documentos pesquisados, no entanto, as questões formuladas apontam para os problemas que eram considerados como de maior relevância para a melhoria das condições de funcionamento e atendimento da instrução primária. O conjunto dos professores que assinaram o documento era bastante representativo. Eram intelectuais e professores que se distinguiam no meio educacional.

No teor das preocupações já se encontram elementos que vinham sendo discutidos relacionados aos princípios da “escola nova”, no entanto essa não parecia ser a principal questão. Os problemas diziam respeito às insuficiências históricas que faziam com que esse nível de ensino primário continuasse a não responder aos fins aos quais se destinava.

Na ordem dos problemas se encontrava: a organização do ensino no Estado, elevando para seis anos o ensino primário completo, a uniformidade dos programas escolares, o êxito da *missão* (grifo nosso) do professor, as caixas escolares, a obrigatoriedade do ensino, a estatística escolar, a inspeção escolar, as condições físicas e a higiene nas escolas, a criação dos Jardins de Infância, o ensino profissional, as garantias legais para os professores, o método intuitivo, sua generalização e aplicação.

Algumas discussões desses pontos foram, posteriormente, publicadas por Helvécio Andrade. Esse documento seria apresentado, por esse mesmo professor, no Congresso, e foi publicado com o seguinte título: “Memória a um Projetado Congresso de Professores Primários, em Aracaju (1925-1926)”.

Criticava as Reformas que se sucediam umas sobre as outras, considerava que foi a partir da Reforma de 1911, quando foi instituído o método intuitivo, criados os grupos escolares e a fiscalização técnica - que se “abriu ao ensino sergipano largas portas para o ensino e para o progresso”. O Regulamento vigente, dizia, “vai recebendo a possível

execução. Modelado pelos surtos da “escola nova”, terá entretanto de conformar-se com as possibilidades do meio e com o nosso incompleto aparelho escolar” (ANDRADE,1927, p. 2).

Considerava que:

“Até aqui temos atribuído à escola primária funções complexas, que lhe alteram o caráter próprio. A escola primária, ou antes a educação básica que cumpre ao Estado democrático dar gratuitamente às crianças, deve desmembrar-se em graus que lhe assegurem completo êxito: *a escola maternal, a escola primária, a escola técnica*. Amplos fossem os recursos, e eu proporia a subdivisão do primário em médio e complementar” (ANDRADE, 1927, p. 4)

Segundo ANDRADE, a reforma de 1911, sob o governo de Rodrigues Doria, orientada pelo professor paulista Dr. Carlos da Silveira, foi alterada por sucessivos regulamentos. Considerava que

“O programa do ensino primário não deve ultrapassar os fins da escola primária: ler, escrever, contar bem, e fornecer as noções gerais de coisas indispensáveis à primeira formação do espírito infantil. Sem dúvida comporta o ensino primário desdobramentos, mas as necessidades do momento ficarão satisfeitas com simples escolas *bem aparelhadas* e orientadas pelo método objetivo”.¹⁰

O método intuitivo introduzido em Sergipe desde 1911 tinha perdido o caráter de método geral e se achava mesclado por práticas obsoletas. Como prioridade estava a necessidade de restaurar o método geral tanto para eficiência do ensino como para formar orientadores capazes. Concluía que não fazia muito tempo que, passando por uma escola, ouvia cantar as tabuadas como há 50 anos. Considerava que

“O método é o caminho a seguir no ensino; logo um professor que não tem um bom método, marcha às cegas, sem segurança nos passos do programa; perde tempo e esforço. Ora, o bom método no ensino primário, o que melhor objetiva as lições, o que mais interessa a criança, o que mais desperta a atenção, o que maior soma de imagens claras fornece à memória infantil é, em suma, o método intuitivo-analítico”.¹¹

Sobre os inspetores de ensino, informava que estes tinham perdido, em grande parte, a influência sobre a organização técnica e administrativa da escola e que por

¹⁰ Instrução pública: necessidade de uma regulamentação definitiva dos ensinos primário e normal. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Cyro de Azevedo, D. Presidente do Estado em novembro de 1926. p. 2.

¹¹ Id. *ibid.* p. 3.

conseqüência o que se via era “escolas não visitadas e práticas não examinadas, são coisas que não subsistem à tendência para o descanso, a indisciplina, o abandono”.¹²

Sobre as Caixas Escolares dizia que eram “letras mortas, viveram enquanto os seus patronos estiveram presentes e emprestaram-lhe feição adulatória”. Recomendava que o governo deveria dar mais sólida organização ao Fundo Escolar, reforçando os meios pecuniários com o fim de acabar com “a escola pardieiro, mobília com caixões de querosene e de sabão”.¹³

O Conselho Superior de Ensino não passava de ornato do aparelho escolar, que simulava uma competência técnica que realmente lhe faltava.

O Relatório insiste na necessidade da moralização para o ingresso no magistério, do diploma do curso normal ou do concurso pois com essa medida viria “um grande prestígio moral para o magistério e para a instrução pública, uma vez que desapareçam as quase analfabetas que envergonham a classe, mercê do favor, do abuso de poder, da miseranda política, do descaso, enfim, com que a instrução, de vez em vez é tratada”.¹⁴

E conclui que

“O resultado não se fez esperar: a ordem pedagógica alterada, o método abandonado ou sacrificado. Junte-se a isso a falta de fiscalização e o favor criminoso ou inconsciente, determinando o abandono das cadeiras, e teremos a explicação do singular fenômeno da infrequência desses estabelecimentos, enquanto as escolas particulares regurgitam de crianças.”¹⁵

Apesar do Regulamento ter sido, em parte, influenciado pelo que vinha sendo posto pelo movimento da Escola Nova, essa não parecia ser objeto de discussões nem de preocupações o que apenas vai ocorrer, com mais vigor, a partir de 1931, com as mudanças políticas em curso. Dois documentos do então Diretor da Instrução Pública, Helvécio Andrade, indicam o vigor das discussões. Algumas citações são esclarecedoras no sentido de entender a reação sobre as novas bases que estavam sendo lançadas para a organização da instrução pública a partir de 1930. Em documento intitulado “A Escola e a Nacionalidade”, de abril de 1931, o Diretor da Instrução Pública do Estado, informa que

¹² Id. ibid. p. 4

¹³ Id. ibid. p.6

¹⁴ Id. ibid. p. 6

¹⁵ Id. ibid. p. 7

estabeleceu as bases do programa mínimo da Escola Nova “segundo os seus criadores estrangeiros e propugnadores brasileiros, entre eles Lourenço Filho, atual diretor do ensino em São Paulo”. (ANDRADE, 1931a, p. 1)

No entanto, ponderava que o movimento que ora se operava nos centros mais evoluídos do país em favor da Escola Nova, estava a merecer dos educadores brasileiros, “meditado estudo e acurada análise.” As citações que se seguem, apontam para uma discussão mais sistemática sobre os novos princípios a partir de 1930, indicando um movimento vigoroso, ao menos teoricamente, que estaria a merecer análise mais acurada sobre esse período e essa temática.

“A “Escola Nova”, estudada em todos os seus aspectos e conseqüências, é ainda uma experiência, uma tentativa. E como não dispomos, em Sergipe pelo menos, de outros meios experimentais, a não ser a escola pública, não é custoso aceitar que essas experiências se traduzam em efeitos negativos” (ANDRADE, 1931a, p. 5).

“Os teóricos da educação “nova” revestem seus argumentos de cores tão indecisas, de dizeres tão vagos, de tão emaranhada dialética, que, aos mal avisados dão azo a que os interpretem com limitada liberdade, até à fantasia. Chegam ao exagero de afirmar “que a idéia de transformação lenta e incessante caiu no descrédito”. Os seres não evoluem bruscamente, mas por gradativas mudanças intusceptivas, que a educação pode aperfeiçoar, corrigir, prejudicar, nunca precipitar” (ANDRADE, 1931a, p. 5).

“Mas não se vá inferir que todas as inclinações infantis são respeitáveis, que não deve haver repressão na escola, na escola brasileira...Seria admitir o mal pelo bem, comprometendo o êxito desejado”(ANDRADE, 1931a, p. 4)

“Não foi a Escola Nova com todas as suas fantasias, que deu aos Estados Unidos do Norte o formidável desenvolvimento que apresenta. Esse desenvolvimento vem de afastadas épocas, e deve o americano ao seu gênio empreendedor e prático” (ANDRADE, 1931a, p. 7).

“Quando se ouve dizer a um desses eminentes estudiosos dessas questões que a educação é “obra de construção psicológica”, fica-se a olhar e a pedir ao céu proteção contra a avalanche de ficções que ameaça esmagar todos os bons estímulos da escola e de seus agentes.

O ilustre diretor do ensino paulista, Lourenço Filho, diz em sua “Introdução à Escola Nova” que “a psicologia apenas se acha na infância”.

Uma ciência que se acha na infância, e que na infância se achará por longo tempo ainda, senão sempre, não pode atribuir-se o direito de só ela fundamentar a educação.

A psicologia não faz o bom mestre; quando muito, dá aos que a conhecem certa superioridade” (ANDRADE, 1931d, p. 7).

Enfim, na década de vinte no Estado prevaleceu ainda um movimento em que foram propostas novas alternativas para a solução dos problemas crônicos e históricos que se perpetuavam na administração da instrução pública, introduzindo elementos pontuais ligados a alguns padrões do modelo preconizado pela Escola Nova, porém de forma secundária.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na passagem do regime monárquico para o republicano foram mantidas as normas gerais de atuação do Estado em matéria de instrução pública primária, permanecendo os mesmos princípios e obrigações adotados pelo regime imperial. A educação popular aclamada como necessária para tornar o Brasil desenvolvido, civilizado ao “nível do século”, como se costumava dizer, não se traduziu num movimento vigoroso no sentido de incorporar a massa da população na escola.

No Império, apenas para as elites das camadas dominantes a escola possuía alguma importância. Era um veículo que funcionava como símbolo social da condição de civilizado. Mesmo para essa camada da população funcionava como um instrumento secundário, pois não constituía numa peça essencial de preparo para a vida. A grande massa não carecia de nenhuma espécie de educação escolarizada para ajustar-se às condições da própria existência. Essa situação começou a se alterar no final do século XIX com o surto do crescimento urbano, com as tendências à industrialização, com o crescimento demográfico, aparecimento de novos padrões de vida social e cultural, intensificação de contatos das diferentes áreas da sociedade brasileira e maior intercâmbio com o exterior. No entanto, como acentua FERNANDES, essas transformações não foram nem tão gerais nem tão profundas a ponto de provocar uma revolução completa no quadro educacional de nosso passado recente. Para ele,

“Os vícios congênitos a um sistema educacional montado para atender às necessidades sócio-culturais de uma sociedade aristocrática e patrimonialista, movida por absorventes interesses rurais e altamente empenhada em perpetuar as bases tradicionalistas das formas de dominação,

de concepção do mundo e de organização da vida, perpetuaram-se de maneira ostensiva ou disfarçada. Precisamos ter a coragem de reconhecer esse fato, se quisermos proceder a um diagnóstico objetivo da situação educacional brasileira e prepararmos-nos, intelectualmente, para produzir modificações de monta em nosso sistema educacional” (FERNANDES, 1966, p. 73).

Os Estados atuaram praticamente sozinhos no atendimento e expansão do ensino primário público. Paralela à rede pública irá se expandir a rede privada destinada às populações mais abastadas financeiramente.

As práticas de um Estado oligárquico foram mantidas durante todo o período. As freqüentes alusões às ingerências políticas nos domínios da educação pública revelam um tipo de influência que se tornou comum durante toda Primeira República, e cuja cultura de favorecimento da administração pública se encontra presente até os dias de hoje. A troca de favores – o coronel arcava com as despesas eleitorais e em troca os empregos públicos seguiam a sua indicação - era um compromisso entre o chefe que fazia a política e o governo estadual legitimado pelo poder. Segundo FAORO

“Quebrada a armadura estamental, de tendência burocrática, do Império, não emergiram, na superfície social, os elementos autônomos, sempre evocados pelos liberais. A supremacia tuteladora do poder político, agora seccionado nos principados e ducados estaduais, continuou a operar, num molde próximo ao regime colonial, no qual o particular exercia, por investidura, ou reconhecimento oficial, funções públicas. Obviamente a linha entre o interesse particular e o público, como outrora, seria fluida, não raro indistinta, freqüentemente utilizando o poder estatal para o cumprimento dos fins privados” (FAORO,1998, p. 631).

Se a atuação do Estado pudesse ser apreciada de acordo com a freqüência das regulamentações e dos ajustes realizados no campo da educação, poder-se-ia inferir que a escolarização foi um dos campos de grande prestígio da administração pública. No entanto, a análise deve alcançar a dimensão quantitativa dos resultados efetivos do atendimento escolar. A escolarização é inequivocamente um serviço que deve ser prestado pelo Estado. O grau de absorção da população escolar constitui um recurso para avaliar o compromisso das administrações públicas. Os Atos, as Reformas, Regulamentos, construções grandiosas, não são suficientes para identificar a atuação do Estado. Se analisado na perspectiva quantitativa, o efeito do atendimento escolar para o ensino primário foi extremamente baixo.

Em 1930, era o seguinte o atendimento das escolas primárias públicas:

Especificação	Escolas	Matrícula	Frequência
Escolas Municipais	33	1.265	973
Escolas Isoladas	247	9.988	7.956
Grupos Escolares da Capital	5	1.311	1.009
Grupos Escolares do Interior	8	1.230	958
Escolas Reunidas	1	63	46
Total	294	13.857	10.942

Em 1930 as escolas isoladas continuavam a atender o maior número de alunos: 71,98%; houve um incremento de escolas municipais que passaram a atender 9,1%; os grupos escolares na capital atendiam 9,4 %; os grupos escolares no interior, 8,8 %.

A frequência continuava baixa, mesmo nos grupos escolares da capital, 79,65 %. De todo ensino primário era de 78,8 %, insignificante, comparativamente.

O quadro abaixo mostra o movimento da matrícula e da frequência em relação aos alunos que participaram dos exames finais, a partir de 1925, do total de alunos das escolas do Estado, indicando os que, teoricamente, chegaram ao final do curso.¹⁶

Ano	Matrícula	%	Frequência	%	Exames Finais
1925	11.045	2,64	8.798	3,31	292
1926	11.900	1,18	9.653	2,34	226
1927	13.164	0,79	10.383	1,00	104
1928	14.497	1,24	11.497	1,57	181
1929	16.118	1,63	12.573	2,09	264
1930	16.834	—	13.299	—	—

Os dados comprovam que era extremamente reduzido o percentual de alunos que chegava ao final do processo de escolarização. Se a partir de 1925 houve um incremento de matrícula, o mesmo não ocorreu em relação à participação dos alunos nos

¹⁶ Os dados da tabela já foram apresentados no primeiro capítulo, página 70.

exames finais, quando efetivamente houve redução. Tomando a população estimada de 1930 que era de 527.130 habitantes, entre os anos de 1925 a 1929 esses índices percentuais foram de 0,055, 0,042, 0,019, 0,034, e 0,050, respectivamente.¹⁷

Em 1930, a população de Sergipe era de 527.130 habitantes. Frequentavam as escolas públicas primárias 2,63 % da população. Em 1887, em Sergipe, para uma população de 370.000 habitantes, a proporção de alunos em relação à população era de 1,02%.¹⁸

Nos anos de 1920 e 1921 as escolas noturnas mantiveram 7 unidades funcionando. Em 1923, o Presidente do Estado considerava desfavorável o movimento nessas escolas. Funcionavam, na época, duas escolas em Aracaju, duas em Estância, e uma em Própria, únicas existentes. Nos últimos anos da Primeira República nos relatórios oficiais não foi feita nenhuma referência sobre o ensino noturno. Em 1930, o governo refere-se a ajuda financeira do Estado à Liga Contra o Analfabetismo. Neste ano, a matrícula da Liga foi de 398 alunos, com frequência de 312 alunos em 10 escolas, das quais, cinco estavam localizadas na capital e cinco no interior do Estado.

Nos últimos anos do período em estudo (1889-1930) foi crescente a procura e a matrícula para a Escola Normal. Entre os anos de 1925 a 1930, a matrícula, ano a ano, foi de 132, 145, 147, 157, 173 e 206, em 1930, com frequência em torno de 90%.¹⁹

Um aspecto positivo foi a incorporação dos professores titulados no magistério público. Em 1930, de um total de 324 professores em atividade, 246 eram diplomados e 78 não diplomados. Na capital, dos 38 em atividade, apenas dois não possuíam titulação. Vale dizer que em 1930, 95 % dos professores da capital e 73,4% dos professores do interior possuíam diplomas, aí incluídos cidades, vilas e povoados. Em todo Estado, 76% dos professores primários eram tituladas, para 24% não titulados.

Analisando o conjunto de ações e procedimentos tanto de natureza pedagógica como política na construção da escola pública primária republicana sobressai, de imediato, a ausência de rumos, de um desenho nítido na condução de um projeto amplo que favorecesse o acesso da maioria da população à educação escolar. Por outro lado, o

¹⁷ Os dados numéricos foram retirados da Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1930 pelo Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas.

¹⁸ Dados já citados no capítulo dois, página 82.

¹⁹ Id. *ibid.*

volume de atos dirigidos à instrução pública no sentido de reformulá-la, indicou que a educação foi pensada e reafirmada insistentemente no sentido de incorporar-se a um projeto republicano de sociedade que também não se afirmou.

“Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação de dependente inalterável na economia mundial, instituições fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convergiam a educação sistemática em símbolo social de privilégio e de poder dos membros e das camadas dominantes. O fardo era pesado demais, para ser conduzido com responsabilidade e espírito público construtivo, num sistema republicano que se transformou, rapidamente, numa transação com o *velho regime*, do qual se tornou mero sucedâneo político” (FERNANDES, 1985, p. 414).

Nesse contexto, os problemas educacionais serão propostos e resolvidos de forma precária, enfrentados com recursos deficientes e improvisados, soluções parciais quase sempre abandonadas logo a seguir, num jogo político que desqualificaria qualquer sentido de renovação educacional.

No entanto, foi persistente a crença de que a superação do atraso em relação às nações desenvolvidas significava esboçar uma concepção de progresso no qual a educação era uma mola fundamental para o desenvolvimento da sociedade e para o futuro do país. Mesmo que a distância entre as propostas e a realidade de uma estrutura política, econômica e cultural tenha permanecido quase inalterada a mudanças ou estas tenham sido operadas de forma lenta e conflituosa, nada parecia perturbar o discurso liberal, ao contrário, as propostas se sucediam e sempre vinham revestidas de argumentos adicionais fazendo com que as idéias em circulação se mantivessem vivas.

generoso discurso oficial sobre a escola e sobre a necessidade de expandi-la a toda população vinha sempre acompanhado da explicitação de suas carências e de justificativas que funcionavam como argumentos adicionais para as novas propostas, num incansável movimento para transformá-la, reformulá-la e ajustá-la às exigências do desenvolvimento social e econômico do país num clima quase permanente de instabilidade e descontinuidade política. A esse respeito, considera FERNANDES que

“A ordem legal vigente confere igualdade aos cidadãos e organiza o regime republicano em bases democráticas. As classes sociais que compõem a sociedade não possuem possibilidades análogas de participar efetivamente dessas garantias jurídico-políticas. Algumas classes monopolizam a fruição de tais garantias, convertendo a democracia numa ficção e numa cômoda

armadilha, pois a concentração de renda corresponde a concentração do poder o que coloca os socialmente “fracos” a mercê dos socialmente ‘fortes’” (FERNANDES, p. 146, 1981).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889) história e legislação**. 2.ed.ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

ANDRADE, Andrade. **Memória a um projetado Congresso de professores primários, em Aracaju (1925-1926)**. Aracaju: Typ. do Sergipe Jornal, 1927.

_____. **Do método em educação. conferência realizada na “Hora Literária” em junho de 1927**. Aracaju: Typ. do “ O Cristão”, 1927.

_____. **A escola e a nacionalidade**. Aracaju: TYP. D’O Lutador 1931 a.

_____. **Escola Sergipana**. Aracaju: Typ, D’O Luctator,1931 b.

_____. **O lar e a escola**. Aracaju: Casa Ávila, 1931 c.

_____. **Memorandum apresentado à Diretoria Geral de Estatística e divulgação do Ministério da Educação**. Aracaju: Typ. D’O Lutador, 1931d.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, 1986.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Schwarcz, 1992 a.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARTOLANO, Maria Tereza Penteado. **Benjamin Constant (1890). E hoje?.** Unicamp, SP: Pro-posições, Vol. 5, n ° 15, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CALAZANS, José. **O ensino público em Aracaju (1830-1871)**. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 20. Aracaju: Livraria Regina, 1951.

_____. **O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 26, v. XXI, Aracaju: 1962-1965.

COMPARATO, Fábio Konder. **Educação, estado e poder.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a primeira constituinte republicana. In: FÄVERO (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1998.** Campinas, SP: Autores Associados,1996.

_____. **Cidadania republicana e educação:** Governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890 – 1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe (1889 – 1964).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **O tenentismo em Sergipe:** da revolta de 1924 à revolução de 1930. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1999.

DANTAS, Orlando Vieira. **O problema açucareiro de Sergipe.** Aracaju: Livraria Regina Ltda, 1944.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** Formação do patronato político brasileiro. 13.ed. São Paulo: Globo, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade Brasileira.** Domus Editora, 1966.

_____. **Sociedade de classe e subdesenvolvimento.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

_____.O dilema educacional brasileiro. In: PEREIRA, Luiz.; FORACCHI, Marialice M (org.). **Leituras de sociologia da educação.** 12. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco:** o negro em Sergipe. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1977.

_____. **História política de Sergipe:** do golpe de 15-11-1889 ao golpe de 31-03-1964. s.n.t. Aracaju: 1986.

GÓIS, Baltazar. **A república em Sergipe.** (Apontamentos para a história) 1870 – 1889. Aracaju: Tip. Do Correio de Sergipe, 1891.

HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital:** 1848-1875. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Sobre a história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. Vol. II, cap. X, São Paulo: Difel, 1978.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da escola nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos; (Rio de Janeiro): Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação pública**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

MENDONÇA, José Antonio Nunes. **A educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. Vol. II, t. III, São Paulo: Difel, 1978.

_____. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU/USP, 1976.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

_____. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2. ed. rev. e amp. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 1999.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

QUEIROZ, Maria I. Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. Vol. II, cap. III São Paulo: Difel, 1978.

REIS, Filho. **A educação e a ilusão liberal**: origens da escola pública paulista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.(1930/1973)**. 8. ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 1978.

SAVIANI, Dermeval . **Educação brasileira**: estrutura e sistema. São Paulo: Saraiva, 1973

_____. **Escola e democracia:** teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 9 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

_____. **Política e educação no Brasil:** o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

_____. **É possível uma história da educação Latino-Americana?** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. **História e historia da educação:** o debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SILVA, Clodomir. **Minha gente-costumes de Sergipe.** 3.ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2003.

SILVA, José Calazans Brandão da. **O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XIX.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 26, v. 21, p. 123 – 134, Aracaju: 1965

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação:** lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Editora da Unicamp, 1998

_____. Espaço da educação e da civilização: as origens dos grupos escolares no Brasil. In: **O legado educacional do século XIX.** Araraquara-SP: FCL-UNESP, 1998.

_____. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Terezinha Oliva de. **Impasses do federalismo brasileiro:** Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Universidade Federal de Sergipe, 1985.

SUCUPIRA, Newton. O ato adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, (org.) **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1998.** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

VERISSIMO, José. **A educação nacional.** 3.ed.Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio. **Poder político e educação de elite.** 3. ed. São Paulo: Cortez:Autores Associados, 1992.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe, 1575-1930.** Editora Pongetti, Rio de Janeiro: 1970.

Publicações Oficiais

Leis, Decretos, Atos

SERGIPE. Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe do início da República ao ano de 1930.

Mensagens de Governo e Relatórios

ANDRADE, Helvécio. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. General Presidente do Estado, em 30 de julho de 1915 pelo Dr. Helvécio Andrade, Diretor Geral Interino da Instrução Pública. Aracaju: Typ. Do O'Estado de Sergipe, 1915.

_____. Necessidade de uma regulamentação definitiva do ensino primário e normal. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Cyro de Azevedo, D. Presidente do Estado, em novembro de 1926. Aracaju: Typ. de Sergipe, 1926.

Mensagens lida perante à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe pelos Presidente do Estado no período de 1889 a 1930.

Jornais

Diário Oficial do Estado de Sergipe - 1920/1930

Estado de Sergipe – 1917/1918

Obras de Referência

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. **Sergipe, 100 anos de história constitucional.** 1992.

BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 4.ed. Brasília: Edunb, 1986.

GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. **Dicionário bio-bibliographico sergipano.** Pongete & Cia, Rio de Janeiro: 1925.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe** (1820-1920), São Paulo: 1920.

Dissertações, Teses e Monografias

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos majestosos templos de sabedoria: a implantação dos grupos escolares em Aracaju.** 2003.148 f. Monografia (Licenciatura em História) Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Cristiane Vítório de. **A “república das letras” em Sergipe (1889-1930).** 2001.211f. Monografia (Licenciatura em Historia) Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.